



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CONTRATO 011/2016

PREGÃO (PRESENCIAL) 012/2016
PROCESSO Nº 017/2016

Contrato de fornecimento de Peças originais ou genuínas e prestação de serviço de mecânica e montagem de peças, para manutenção de veículo componente da frota da Câmara Municipal de Jataí – GO celebrado com a empresa AUTO PEÇAS E MECÂNICA BRASIL DE JATAÍ LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento de contrato de prestação de serviços que entre si celebram a **CÂMARA MUNICIPAL DE JATAÍ-GO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 24.858.805/0001-39, com sede em Jataí-GO, estabelecida na Praça da Bandeira, s/n, Centro – Jataí-GO, neste ato representada por seu Presidente, Vereador **Marcos Antônio Ferreira da Luz**, brasileiro, casado, portador da CI-RG nº 0497024539 MDEF/EB inscrito no CPF sob nº 414.801.801-06, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **AUTO PEÇAS E MECÂNICA BRASIL DE JATAÍ LTDA - EPP**, situada na Av. Brasil, 220, Setor Central, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.869.521/0001-42, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por **Fábio Pereira Brito**, portador da C.I nº 2695269 SSP-GO, inscrito no CPF nº 414.850.171-49, resolvem celebrar o presente contrato de fornecimento de Peças originais ou genuínas e prestação de serviço de mecânica e montagem de peças, para manutenção de veículo componente da frota da Câmara Municipal de Jataí – GO conforme especificações e características mínimas constantes no Anexo I – Termo de Referência e Anexo IB e as condições estabelecidas neste Edital, com alicerce na Lei nº 8.666/93, com suas alterações, na Lei nº 10.520/2002, no Decreto 3.555/00, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar 147/14 e no Edital Pregão (Presencial) nº 012/2016, devendo ser observadas as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este contrato será regido pela Lei nº 8.666/93, a Lei 10.520/02 e no Decreto 3.555/00, ficando os contratantes sujeitos às normas destas, e pelas disposições da Lei nº 8.078/90 que sejam compatíveis com o regime de direito público.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

O presente contrato tem por objeto a contratação de fornecimento de Peças originais ou genuínas e prestação de serviço de mecânica e montagem de peças, para



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

manutenção de veículo componente da frota da Câmara Municipal de Jataí – GO, conforme condições e exigências estabelecidas, conforme especificações e características mínimas constantes no Anexo I – Termo de Referência e as condições estabelecidas no Edital Pregão Presencial 012/2016; em regime de execução indireta, empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES/DIREITOS DAS PARTES

3.1 – Constituem obrigações / direitos da contratante:

3.1.1. Nomear Fiscal do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;

3.1.2. Vetar o emprego de qualquer atitude que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA;

3.1.3. Efetuar o pagamento em conformidade com os critérios definidos no edital e minuta do contrato;

3.1.4. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da Contratada;

3.1.5. Rescindir o contrato, inclusive nos casos especificados na Lei 8.666/93;

3.1.6. Aplicar sanções motivadas, pela inexecução total ou parcial do contrato, incluída a advertência, suspensão do direito de licitar com a Câmara Municipal de Jataí-GO e declaração de inidoneidade;

3.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da contratada;

3.1.8. Proporcionar à Contratada as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente o Contrato;

3.1.9. Comunicar prontamente à Contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.10. Supervisionar a execução dos serviços e atestar as notas fiscais/faturas correspondentes;

3.1.11. FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou servidor designado como fiscal do contrato, permitida a assistência de terceiros, podendo para isso:

a) Sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

d) Receber os objetos entregues pela CONTRATADA, que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções a serem realizadas.

15.1.12. Solicitar por escrito, durante o período de recebimento, a substituição das peças que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

15.1.13. Solicitar por escrito, durante o prazo de garantia, o conserto ou a substituição dos materiais que apresentarem defeito;

3.2 - Constituem obrigações/direitos da contratada:

3.2.1. Executar os serviços com pessoal qualificado, mediante emprego de equipe técnica e ferramental apropriado;

3.2.2. Responsabilizar-se por qualquer atraso ou problemas na entrega, mesmo que ocasionados por transportadora;

3.2.3. Atender prontamente às solicitações diversas da Contratante, referente à prestação de informações, relatórios e outras demandas administrativas e técnicas pertinentes ao contrato.

3.2.4. Comprovar, sempre que solicitado pelo Departamento de Compras, a origem das peças e componentes utilizados na realização dos serviços contratados;

3.2.5. Não serão aceitas peças reconcondicionadas, usadas ou seminovas, mesmo que originais/genuínas.

3.2.6. Aguardar a conferência das peças e serviços no ato do recebimento;

3.2.7. Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência e respectivo Contrato;

3.2.8. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante;

3.2.9. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato;

3.2.10. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados, representantes ou prepostos; direta ou indiretamente, à Contratante ou a terceiros, inclusive aos decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis no prazo de garantia, mesmo expirado o vencimento do contrato;

3.2.11. Responsabilizar-se integralmente pelo veículo/equipamento recebidos para a prestação dos serviços, incluindo todos os pertences, acessórios e objetos neles contidos, obrigando-se à reparação total da perda em caso de furto ou roubo, incêndios, acidentes e sinistros, desde a entrega do veículo para orçamento até o seu recebimento final pelo setor competente da Contratante;

3.2.12. Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto do Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar prejuízos a Contratante;

3.2.13. Obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias à execução dos fornecimentos e dos serviços, pagando os emolumentos prescritos por lei e observando as leis, regulamentos e posturas aplicáveis. É obrigatório o cumprimento de quaisquer formalidades e o pagamento, à sua custa, das multas porventura impostas pelas autoridades, mesmo daquelas que, por força dos dispositivos legais, sejam atribuídas à Administração Pública;



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

3.2.14. Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma do contrato. A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas com o consentimento prévio e por escrito da Contratante;

3.2.15. A Contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas no veículo, fornecendo relação das mesmas; E seus respectivos códigos, que serão verificados por servidor especialmente designado pela autoridade competente do órgão;

3.2.16. Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;

3.2.17. Todos os custos inerentes a execução dos serviços decorrentes deste Termo deverão ser custeados pela empresa CONTRATADA.

3.2.18. Após a realização dos serviços a Contratada deverá apresentar no ato da liberação do veículo, sobre pena de ressarcimento, as peças avariadas/trocadas e mantê-las disponíveis para solicitação de eventuais laudos técnicos durante o período contratual;

3.2.19. Alvará de Funcionamento comprovando que a licitante possui autorização para desempenhar atividades pertinentes de oficina mecânica automotiva;

3.2.20. Responsabilizar-se por todos os custos, em caso de empregados, os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal, isentando a Câmara de qualquer responsabilidade;

3.2.21. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o artigo 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 1993;

3.2.22. A Licitante poderá agendar visita técnica a Câmara Municipal, por meio de seu responsável técnico ou representante legal, para inteirar-se da situação do veículo propostos. O responsável ou o representante deverá estar devidamente identificado (Declaração em papel timbrado da empresa);

3.2.22.1. Não é obrigatório às licitantes executar a vistoria técnica para participar da licitação. Entretanto, se a licitante vencedora não realizar a vistoria, esta não poderá alegar desconhecimento de qualquer fato acerca do veículo e dos serviços que fazem parte deste Termo de Referência, como argumento para questionar qualquer obrigação contratual.

3.2.22.2. Esta vistoria deverá ser efetivada até o último dia útil antes da data marcada para licitação;

3.2.22.3. O Departamento de Compras e o Chefe de Transportes irá acompanhar a vistoria e dirimir eventuais dúvidas técnicas acerca do veículo.

3.2.22.4. Esta visita deverá ser agendada, com antecedência, pelos telefones: (64) 3636 0824 ou 3636-0856.

3.2.23. Em havendo necessidade, aceitar os acréscimos ou supressões nos quantitativos que se fizerem indispensáveis, sempre nas mesmas condições da proposta, na forma do



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

preceituado no art.65, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93.

3.2.24. A contratada deverá apresentar proposta realinhada no máximo 24h após a realização da sessão.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

4.1 - O valor total do presente contrato é de **R\$ 1.300,00 (Hum mil e trezentos reais)**; *joy*

4.2 - Para efeito do recebimento, a contratante pagará ao Contratado os valores referentes ao fornecimento do objeto desta licitação, conforme Nota Fiscal, que será emitida à Contratante. Sem os quais a nota fiscal não será processada para pagamento;

4.3 - O recebimento do serviço será provisório, mediante recibo do Chefe de Transportes, e o recebimento definitivo se dará no prazo de 2 dias úteis do recebimento provisório, depois de verificada a qualidade do serviço por este mesmo servidor;

4.4- O pagamento, será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após o aceite definitivo do serviço, em sua totalidade, e atesto da Nota Fiscal ou Documento de Cobrança. Após a confirmação da execução dos serviços de implantação e treinamento.

4.5- Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes às penalidades eventualmente aplicadas.

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.5 - Durante o período de vigência, o valor do contrato é fixo e irredutível, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, caso em que o contrato poderá ser reajustado, com aplicação do índice de reajustamento IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo); ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.6 – Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro procedimento licitatório.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do objeto deste PREGÃO (PRESENCIAL), correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Jataí para o Exercício de 2016, Elemento de Despesa 339030/39 Material de Consumo – Material para Manutenção de Veículos, 339039/19 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica/Manutenção e Conservação de Veículos – conforme informação contida no processo referenciado. *[assinatura]*

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O prazo de vigência é de até 03 (três) meses, contados a partir da assinatura do presente contrato.

7.2. A fiscalização do presente contrato ficará sob a responsabilidade do respectivo servidor designado pelo Presidente da Câmara.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

8.1. O local de execução dos serviços será o das instalações da licitante vencedora, e deverá estar em consonância com as informações dos subitens anteriores. Os prazos dos serviços deverão obedecer àqueles informados nas tabelas do fabricante de tempo padrão de reparos.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Compete a um servidor designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Jataí-GO, o acompanhamento e controle da execução deste Contrato, competindo-lhe a atestação de conformidade dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA- DA RESCISÃO

10.1 - A Contratante poderá rescindir unilateralmente o presente contrato conforme os permissivos legais estatuídos pela Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 – O licitante vencedor que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeito às penalidades previstas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

11.2 – O licitante vencedor que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar a documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar com a Câmara e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, sem prejuízo das multas prevista neste edital e das demais cominações legais.

11.3 – Além do previsto no subitem anterior, pelo descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas e pela verificação de quaisquer das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei 8.666/93, a Administração poderá, resguardados os procedimentos legais pertinentes, aplicar as seguintes sanções, conforme art.87 da Lei 8.666/93, sem prejuízos de outras:

a) advertência;

b) multa, a ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da comunicação oficial, nas seguintes hipóteses:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas, por dia de atraso injustificado, limita sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração,



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.2) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, caso a prestação seja realizada de forma incompleta ou em desconformidade com as condições avençadas, sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada sua aplicação até o máximo de 10 dias. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

b.3) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 02 (dois) anos;

d) declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base no inciso anterior.

11.4 – As penalidades previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso de multa, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida prévia defesa (art. 87, §2º, da Lei nº 8.666/93).

11.5 - As multas aplicadas serão deduzidas do valor do pagamento devido ao licitante vencedor, quando possível, ou por via de procedimento extrajudicial, conforme o caso.

11.6 – No caso de não-recolhimento do valor da multa, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação para o pagamento, a importância será descontada da garantia prestada ou dos pagamentos a que fizer jus a CONTRATADA ou ajuizada a dívida, consoante o § 3º do art. 86 e § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, acrescida de juros moratórios de 1,0% (um por cento) ao mês.

11.7 – Os atos administrativos de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 e as consoantes do art. 7º da Lei nº 10.520/02, bem como a rescisão contratual, serão publicados resumidamente no site Oficial da Câmara e Diário oficial do Município de Jataí.

11.8 – De acordo com artigo 88, da Lei nº 8.666/93, serão aplicadas as sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87 da referida lei, à CONTRATADA ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela citada lei:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraudes fiscais no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frutar os objetos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.9 – Da aplicação das penas definidas no § 1º e no art. 87 da lei nº 8.666/93, exceto para aquela definida no inciso IV, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de intimação do ato.



Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

11.10 - No caso de declaração de idoneidade, prevista no inciso IV, do art. 87, da lei nº 8.666/93, caberá pedido de reconsideração ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jataí, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de intimação do ato, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação.

11.11 - O recurso e o pedido de reconsideração deverão ser entregues, mediante recibo no setor de protocolo da Câmara Municipal de Jataí, localizado na Praça da Bandeira, 96 - Centro, nos dias úteis das 08h às 11h e das 13h às 17h.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

12.1 - A contratante fará a publicação do extrato deste contrato para os efeitos legais previstos na legislação pertinente no site oficial da Câmara Municipal de Jataí.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO E À PROPOSTA DE PREÇOS DA CONTRATADA

13.1 - Este contrato vincula-se, em todos os seus termos, aos mandamentos do Edital PREGÃO (PRESENCIAL) nº 012/2016 e seus anexos e às estipulações da proposta de preços da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- DO FORO

14.1. As partes elegem o foro da Comarca de Jataí-GO para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígios decorrentes do presente contrato.

14.2. E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Jataí-GO, 02 de agosto de 2016.



Marcos Antônio Ferreira da Luz
Presidente



Auto Peças e Mecânica Brasil de Jataí Ltda - EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome Edson Santos de Jesus
CPF 849.422.071-34

Nome Ruiza Ruicetti Pereira Emerick
CPF 932.280.231-68


SIMONE R. L. MELO
Controle Interno